



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**  
**Montenegro Cidade das Artes**



**PARECER JURÍDICO PRELIMINAR**

**Projeto de Lei nº 101/2023**

Trata-se de projeto de lei que transforma o parágrafo único em §1º e acrescenta o §2º ao artigo 39 da Lei n.º 6.369/2017, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Montenegro; reestrutura o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e o Fundo Municipal a ele vinculado.

A mensagem justificativa informa que:

Encaminho o projeto de Lei que visa transformar o parágrafo único em §1º e acrescenta o §2º ao artigo 39 da Lei n.º 6.369/2017, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Montenegro; reestrutura o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e o Fundo Municipal a ele vinculado; dispõe sobre benefícios eventuais, serviços, programas de assistência social e projetos de enfrentamento da pobreza e dá outras providências

Justifica-se o presente projeto para ajustar os serviços funerários na lei municipal de Assistência Social, e busca possibilitar o atendimento nos casos em que a legislação exigir ou por solicitação médica a realização de formolização, tanatopraxia e embalsamamento.

Relatei.

O projeto trata de assunto de interesse local (art. 30, inciso I, da Constituição Federal), razão pela qual está na esfera de competência legislativa do Município.

Quanto à iniciativa, relevante é a observância das normas previstas na Constituição Estadual, visto que, em caso de eventual controle de constitucionalidade, o parâmetro para a análise da conformidade vertical se dá em relação ao disposto na Constituição Gaúcha, conforme preveem o artigo 125, § 2º, da CF/88 e o artigo 95, XII, alínea "d", da CE/RS. Apenas excepcionalmente o parâmetro da constitucionalidade será a Constituição Federal, desde que se trate de normas constitucionais de reprodução obrigatória (STF, RE nº 650.898/RS). Refere o artigo 60 da CE/RS:

Art. 60. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que: II - disponham sobre: d) criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRI**  
**Montenegro Cidade das Artes**



No âmbito municipal, o artigo 48 da Lei Orgânica, à semelhança do artigo 60 da Constituição Estadual, faz reserva de iniciativa aos projetos de lei sobre certas matérias:

Art. 48. Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre: IV – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município.

No caso em tela, a alteração legislativa se refere ao seguinte ponto. O art. 39, da Lei nº 6.369/2017, tem a seguinte redação:

Art. 39. Os benefícios eventuais podem ser prestados na forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços, sendo:

I – fornecimento de passagens nos transportes coletivos interestaduais, intermunicipais, rurais e urbanos aos usuários por motivo de:

- a) necessidade de resgatar documentos que ficaram retidos em casas prisionais dentro e fora do Município, delimitado ao Estado do Rio Grande do Sul, desde que o valor não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional, uma única vez;
- b) visita a familiares internos em casas institucionais, uma vez por mês, dentro e fora do Município, delimitado ao Estado do Rio Grande do Sul, desde que o valor não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional;
- c) identificação de familiares no Departamento Médico Legal, delimitado ao Estado do Rio Grande do Sul, desde que o valor não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional;
- d) exames de corpo de delito e avaliações a serem realizadas no Centro de Referência ao Atendimento Infante-Juvenil - CRAI, no limite territorial da região metropolitana;
- e) situação de risco que justifique a remoção do indivíduo e/ou família, delimitado ao Estado do Rio Grande do Sul, desde que o valor não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional, salvo exceções, que sob avaliação técnica e devidamente aprovada pelo CMAS poderá abranger o território nacional e ultrapassar o valor estipulado;
- f) entrevista de emprego no limite territorial da região metropolitana, com comprovação da necessidade;
- g) perícia para requisição do Benefício de Prestação Continuada no limite territorial da região metropolitana, com comprovação da necessidade.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**  
**Montenegro Cidade das Artes**



- II – aquisição de urnas funerárias para sepultamento, desde que seja a urna fornecida pela Secretaria Municipal de Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania, em casos excepcionais poderá ser adquirida urna especial;
- III – aquisição de traslado de corpos, do local de falecimento ao Município de Montenegro, mediante comprovação de domicílio no Município, delimitado ao Estado do Rio Grande do Sul;
- IV – carro fúnebre para deslocamento dentro do perímetro do Município de Montenegro;
- V – fotografias para documentos e situação de trabalho;
- VI – gêneros alimentícios;
- VII – auxílio natalidade.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal pagará o auxílio concedido diretamente ao fornecedor do serviço prestado, mediante procedimento regular da despesa, documentações comprobatórias, realização de licitação, quando necessário, celebração de convênios e/ou contratos, obedecidos os preceitos editados pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações posteriores.

Agora, será incluído um parágrafo em tal artigo, com a seguinte redação:

§2º Nos casos previstos nos incisos II, III e IV em que a lei exigir ou por solicitação médica serão realizados os serviços de formolização, tanatopraxia e embalsamamento.

Então, tem-se que se está regularizando ou se complementando o serviço referente à preparação do corpo do indivíduo para a sua despedida, em funeral, perfeitamente cabível tal alteração legislativa.

Diante do exposto, com as razões expostas, o parecer opinativo vai ao sentido da constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa do presente projeto de lei.

Montenegro-RS, 28 de agosto de 2023.

**Adriano Bergamo** - Consultor Jurídico - OAB/RS 65.961